PEDEPES

Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal

DIAGNÓSTICO

SUMÁRIO

AMRS
Associação de Municípios da Região de Setúbal

PEDEPES
Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal

Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal

– Diagnóstico Prospectivo –

Sumário Executivo

ISEG ECONOMICAS
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

CIRIUS
CENTRO DE INVESTIGAÇÕES REGIONAIS E URBANAS

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO **3**

II. CARACTERIZAÇÃO MACROECONÓMICA DA PENÍNSULA DE SETÚBAL **10**

III. SECTORES ECONÓMICOS **14**

IV. INFRA-ESTRUTURAS **18**

PARTE A: Infra-estruturas de Acessibilidades **18**

PARTE B: Infra-estruturas de saneamento básico **20**

V. AMBIENTE **23**

VI. INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO **27**

VII. QUESTÕES URBANAS **30**

VIII. QUESTÕES SOCIAIS **34**

IX. COMPETITIVIDADE **43**

> "Deverá ser um documento que *espelhe, fundamente, organize e dê coerência às aspirações e anseios das populações e dos agentes económicos e sociais da região* no domínio do desenvolvimento económico, social e cultural e que defina o caminho a seguir, as acções a desenvolver, os meios necessários à sua implementação e as entidades a quem deverá caber a responsabilidade de os assegurar. "

I. INTRODUÇÃO

1. A Associação de Municípios do Distrito de Setúbal teve a iniciativa de elaboração de um "Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal" (PEDEPES), com um horizonte temporal de 10 anos. Situando-se a Península de Setúbal (PS) na região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), e havendo sido finalizado recentemente um "Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo" (PERLOVT), precisamente com o mesmo horizonte temporal, é natural que o PEDEPES assuma os objectivos gerais do PERLOVT. Neste último pode ler-se que o objectivo global – 2010 é : "Transformar Lisboa, Oeste e Vale do Tejo numa região euroatlântica de excelência; numa região singular e competitiva no sistema das regiões europeias; num território de elevada qualidade ambiental e patrimonial; numa plataforma de intermediação nacional e internacional, com actividades de perfil tecnológico avançado; numa terra de encontro, de tolerância e de igualdade de oportunidades". Para atingir este objectivo global definem-se três eixos estratégicos: construir um novo modelo de desenvolvimento; desenvolver e consolidar funções singulares e relevantes no contexto europeu; reforçar a presença da região nas redes globais de comunicações.

Por sua vez o PERLOVT insere-se no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) para 2000-2006, que serve de enquadramento ao III Quadro Comunitário de Apoio para o mesmo período, e que dá ênfase à centralidade

euroatlântica de Portugal e à necessidade de implementar um novo modelo de desenvolvimento que substitua o anterior.

No PNDES sublinha-se que à posição periférica de Portugal no continente europeu corresponde, por outro lado, uma posição de centralidade euroatlântica, que o coloca no cruzamento de corredores marítimos e aéreos Este-Oeste e Norte-Sul, ou seja, nas rotas que ligam o Mediterrâneo ao Atlântico Norte e a África, bem como a América do Sul à Europa.

Portugal teria assim, devido à sua posição geográfica, condições geo-estratégicas e políticas para construir alternativas aos actuais processos de periferização do país, que se acentuam com o alargamento da UE a leste. O PNDES "aposta na consolidação e no protagonismo de uma "Região Atlântica", da Galiza à Andaluzia, que constitua uma charneira entre o Atlântico, a Península Ibérica e a Europa, e na qual a RLVT terá um papel estruturador incontornável".

Quanto ao modelo de crescimento, o da última década considera-se esgotado, já que foi "extensivo e dual": cresceram sectores geradores de emprego em larga escala, pouco exigentes em qualificações e com baixos níveis de produtividade; e porque consolidou simultaneamente um núcleo restrito de sectores, envolvendo actividades da indústria, dos serviços e do conhecimento, com uma dinâmica de produtividade mais elevada e de criação de emprego com maiores qualificações, o que provocou pequenos avanços de produtividade.

O PNDES propõe um novo modelo de desenvolvimento em que as "questões chave" a incrementar gradualmente no período 2000/2006 são: o crescimento gerador de empregos com maior qualificação; a flexibilidade económica; a aposta nas competências "transversais" e nas novas qualificações; o reforço da capacidade de Inovação e de I&D; e o dinamismo da rede social. Como "factores alavanca" a mobilizar e necessários para realizar a transição com o modelo anterior citam-se: as condições naturais e a posição geográfica; o enquadramento macroeconómico saudável; o ambiente favorável à atracção e fixação de novas actividades com maiores

produtividades; a expansão e qualidade do sistema de educação/formação; as infra-estruturas básicas em consolidação.

O Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo assume este novo modelo de desenvolvimento, que deseja seja *sustentável* ("com durabilidade não só ao nível da relação entre economia e ambiente, como em termos de coesão social e do modelo de crescimento"), e *consistente* (coerente ao nível da formulação de objectivos, e dotado dos meios suficientes para os alcançar).

A contribuição da RLVT para um novo "modelo de desenvolvimento" passaria pela dinamização prioritária das "Actividades de Especialização Internacional", identificando-se como grandes linhas de desenvolvimento:

- O papel central e dinamizador de uma nova "fileira" associada ao "software"/Comunicações/ Audiovisual/ Serviços informáticos.
- A ascensão na cadeia de valor do "Lazer".
- A ascensão na cadeia de valor do "material de transporte e mobilidade"
- A consolidação selectiva da "mecânica/electromecânica/automação.
- A presença mais diversificada na saúde.
- Uma mudança nos factores de competitividade e uma clara ascensão na " cadeia de valor" em actividades tradicionais.

A RLVT tem sido o motor do desenvolvimento económico português, nela se concentrando grande parte dos recursos humanos, tecnológicos, de investigação e financeiros do país. A cidade de Lisboa, principal pólo da região, é talvez demasiado grande no país, mas em termos europeus ocupa uma posição de 3º ou 4º nível, e na Península Ibérica um 2º nível, atrás de Madrid e de Barcelona. A macrocefalia do país, embora bastante mais diluída do que no passado, continua a existir.

A filosofia do QCA II, de privilegiar fundamentalmente os sectores económicos e secundariamente as regiões, implicitamente acreditando no papel de

motor da RLVT, parece ter tido êxito, já que para além do inegável impulso dado ao crescimento económico do país, se observou um decréscimo da desigualdade entre regiões. Agora que a RLVT já atingiu mais de 90% do rendimento per capita médio europeu, medido em paridades do poder de compra, o que implica a saída da RLVT das regiões de objectivo 1, o QCA III dá um peso muito maior às regiões e ao investimento regionalizado, contemplando ao mesmo tempo um período de "phasing-out" para a RLVT, que vê comparativamente diminuídas as verbas a si atribuídas.

É neste quadro global que se situa o PEDEPES. Salta à vista quando se lê o PNDES e o PERLOVT, que a Península de Setúbal raramente é individualizada, ao contrário do que acontece, por exemplo, com a região do Oeste. A iniciativa da Associação de Municípios, e a receptividade já constatada ao nível das mais variadas entidades e agentes da região, são prova de que existe uma identidade da Península de Setúbal, com problemas próprios, e com necessidade de políticas específicas, embora enquadradas nas políticas globais para a RLVT. Aliás, a própria RLVT só tem a ganhar se conseguir impor e publicitar a ideia (verdadeira), de que é uma região de muitos contrastes, com sub-regiões bem delimitadas, e com substanciais desigualdades entre elas.

2. A elaboração do PEDEPES está enquadrada por um contrato elaborado entre a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e o ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão) da Universidade Técnica de Lisboa. A equipa do projecto é bastante vasta, e será integralmente divulgada quando do relatório final. Enumeram-se de seguida os coordenadores das várias áreas:

Coordenador Global – Prof. doutor Jorge Henriques dos Santos

Coordenadores de Área:

Avaliação Macroeconómica - Prof. doutor Jorge Henriques dos Santos

Sectores Económicos – Dr. Gonçalo Caetano

Infra-estruturas Físicas - Prof. doutor Fernando Nunes da Silva

Ambiente - Profª doutora Isabel de Deus Mendes

Inovação e Desenvolvimento Tecnológico - Prof. doutor Manuel Laranja

Questões Urbanas - Prof. doutor Paulo Correia

Questões Sociais e Culturais – Profª doutora Isabel Guerra

Competitividade - Prof. doutor Raul Gonçalves Lopes

Quanto à *Logística, Relações Institucionais e Financiamento* a responsabilidade cabe à CDR.

Foi definido de início que os trabalhos de elaboração do PEDEPES se desenvolvem em duas fases:

- *Fase I*: Diagnóstico prospectivo e determinação dos objectivos específicos;
- *Fase II*: Elaboração do Plano, com explicitação dos instrumentos que permitam a sua concretização.

A Fase I engloba a realização do Diagnóstico Prospectivo, a que se segue a explicitação dos Objectivos Específicos. Conforme estava planeado, "para a realização do Diagnóstico Prospectivo, *(tomou-se)* como elementos de suporte outros diagnósticos já realizados por múltiplas entidades (ou sob sua responsabilidade), da Administração Central (AC) e da Administração Local (AL). Só excepcionalmente é que *(foram)* promovidas outras iniciativas, excluindo as que, dentro do horizonte temporal disponível, se revelem indispensáveis ao prosseguimento do objectivo em causa."

Por outro lado, "a explicitação dos Objectivos Específicos decorrerá do diagnóstico realizado e das opções de política económica que a entidade promotora quiser vir a adoptar, tanto em termos de metas a atingir, como de instrumentos a mobilizar. Esta explicitação terá, na Fase I, carácter provisório. Apenas se tornará definitiva após a 2ª iteração, a realizar na Fase II."

Foram também desde logo definidos cinco grandes objectivos para o PEDEPES:

Objectivo 1: Integração da Península de Setúbal nos espaços regionais, nacionais e internacionais valorizando a coesão e identidade territorial

Objectivo 2: Diversificação, modernização e expansão das actividades económicas

Objectivo 3: Fomento do emprego, melhoria das qualificações profissionais e das condições de trabalho

Objectivo 4: Promoção do ordenamento do território, da defesa do ambiente, da valorização do património histórico e cultural e da qualidade de vida dos cidadãos

Objectivo 5: Diminuição das desigualdades e promoção da integração social

Refira-se também que os prazos planeados para a execução dos trabalhos foram os seguintes:

- Diagnóstico prospectivo: 4 meses;
- Explicitação de objectivos específicos: 4 meses;
- Afectação de instrumentos a objectivos (1ª iteração): 6 meses;
- Afectação de instrumentos a objectivos (2ª iteração): 3 meses;
- Redacção final do Plano: 2 meses.

3. Esta Introdução constitui o *Capítulo I* do Diagnóstico Prospectivo. Os capítulos que se seguem, e que por razões de celeridade de impressão e de divulgação são entregues como tomos independentes com numeração própria, são os seguintes:

Capítulo II. Caracterização macroeconómica da Península de Setúbal

Capítulo III. Sectores económicos

Capítulo IV. Infra-estruturas

Parte A: Infra-estruturas de acessibilidades

Parte B: Infra-estruturas de saneamento básico

Capítulo V. Ambiente

Capítulo VI. Inovação e desenvolvimento tecnológico

Capítulo VII. Questões urbanas

Capítulo VIII.Questões sociais

Capítulo IX. Competitividade

É importante ressaltar alguns pontos: a dificuldade que a equipa teve em obter com celeridade e a tempo e horas alguma informação, quer estatística, quer documental; o carácter de *documento de trabalho* do presente relatório, que servirá de base para uma discussão interna, compatibilização de informação e homogeneização dentro da própria equipa, só verdadeiramente possível a partir de agora, apesar de todos os esforços realizados; a imperiosa necessidade de receber críticas empenhadas e sugestões por parte de todos os interessados no desenvolvimento da Península de Setúbal; por último, que a equipa está agora em muito melhores condições para ouvir "no terreno", todos esses agentes.

II. CARACTERIZAÇÃO MACROECONÓMICA DA PENÍNSULA DE SETÚBAL

- A produção gerada na Península de Setúbal (PS) no período de 1988 a 1997 representou em média 5.7% da produção do Continente, 12.8% da produção de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), 15.2% da produção da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e 18% da produção da Grande Lisboa (GL)
- A estimativa para a população residente na PS era de cerca de 669 mil habitantes em 1998, ou seja, cerca de 7% da população residente no Continente, 20% da população residente na RLVT, 27% na AML, e 37% na Grande Lisboa.
- Existe uma grande volatilidade nas taxas de crescimento do PIB na PS em relação às outras regiões. As taxas de crescimento na PS variam de um mínimo de -3.1% (em 1993) a um máximo de 9.3% em 1995. Em relação ao Continente é de destacar que a partir de 1991, a PS só em 1995 apresentou taxas de crescimento superiores, e que nos dois últimos anos com dados disponíveis (1996 e 1997), as taxas de crescimento foram iguais.
- PIB per capita é quase metade do da região da Grande Lisboa, e situa-se quase 20 pontos percentuais abaixo da média do Continente.
- Em relação ao emprego, estima-se que em 1997 estivessem 229 mil pessoas empregadas na PS, ou seja, 5.3% do emprego no Continente (14.4% do emprego na RLVT, 18.2% na AML e 22.2% na GL).
- Quanto à taxa de desemprego, ela é bastante superior na PS em relação às outras regiões (mais cerca de 4.3 pontos percentuais em relação ao Continente, e cerca de 3 pontos em relação à RLVT). Em média, a taxa de

desemprego na PS situou-se nos 10.5% no período1988-97, com um mínimo de 8% em 1992, e um máximo de 12% em 1995.

- Quanto à produtividade, a PS apresenta sistematicamente valores superiores (em média 10 pontos percentuais) aos do Continente, e sistematicamente valores inferiores (também em média 12 pontos percentuais) aos da RLVT, embora em relação a esta última, e nos últimos anos do período, essa diferença se tenha reduzido para 8 pontos percentuais.
- Dado não haver dados para a taxa de inflação na Península de Setúbal, esta foi aproximada pela taxa de inflação observada na região de Lisboa e Vale do Tejo. Na globalidade do período, há alguma tendência para a taxa de inflação na RLVT ser mais elevada do que no Continente, mas os anos mais recentes põem em causa esta conclusão. Por exemplo em 1999, à semelhança do que já tinha acontecido em 1996, a taxa de inflação no Continente foi mesmo superior à verificada na RLVT. De qualquer modo, com taxas de inflação da ordem dos 2%, não é de esperar grandes desvios entre regiões.
- A taxa de actividade na PS mantém-se consistentemente abaixo das verificadas nas outras regiões, e em 1997 situava-se quase 11 pontos percentuais abaixo da verificada no Continente, e 13.5 pontos abaixo da observada na RLVT.
- Embora os números possam divergir segundo a fonte, é robusta a conclusão de que os ganhos médios mensais são maiores na PS do que no Continente, embora significativamente inferiores à média verificada na RLVT.
- índice de poder de compra per capita do INE (considerando a base 100 para Portugal), e relativamente aos anos de 1993, 1995 e 1997, revela que o poder de compra na PS tem vindo a aumentar continuamente. De um

índice de 106 em 1993, passou para 111 em 1997. Está no entanto cerca de 30 pontos percentuais abaixo dos verificados na RLVT, e a mais de 70 da região da Grande Lisboa.

- Constata-se que existe uma grande variabilidade do esforço de investimento da Administração Central na PS, que atinge um mínimo de 1.7% em relação ao total do PIDDAC em 1990, e um máximo de 12.3% em 1992. De 1996 a 1998 assistiu-se a um aumento sustentado do investimento na PS, atingindo-se os 5.7% em 1998, que se aproxima da média verificada para todo o período (5.8%).
- Quanto ao investimento directo estrangeiro na PS, os dados disponíveis para o período 1996-99 mostram, por um lado a grande volatilidade desse investimento, e por outro a grande dependência do investimento na Auto-Europa em Palmela. Em 1999 o investimento na Auto-Europa representou mais de 1/5 do investimento estrangeiro total em Portugal.
- A PS exporta entre 14 a 16% do total das exportações portuguesas, e entre 16 a 18% das exportações portuguesas intracomunitárias. Estes valores representam cerca de 40% do total das exportações realizadas pela região de Lisboa e Vale do Tejo.
- As importações realizadas pela PS representam uma parcela diminuta das importações nacionais (entre 7 a 8%), principalmente se comparada com a RLVT, que apresenta valores entre os 62 e os 64%.

Em jeito de resumo e de conclusão geral deste capítulo, pode ser afirmado que a Península de Setúbal é uma região com fortes possibilidades de crescimento, já que é uma zona de atracção populacional; possui uma mão-de-obra relativamente abundante e com uma taxa de actividade ainda baixa em relação ao resto do País; a sua produtividade, os ganhos e o poder de compra, embora superiores aos do Continente têm ainda uma grande margem de progressão para se aproximarem dos

valores obtidos na região mais vasta em que se integra – a região de Lisboa e Vale do Tejo; é um pólo de atracção do investimento estrangeiro e é uma região exportadora. Como principais debilidades apresenta taxas de desemprego elevadas, baixo produto *per capita*, uma economia ainda bastante vulnerável às recessões e com insuficiente capacidade de desenvolvimento endógeno.

III. SECTORES ECONÓMICOS

- Ao longo do período 1988-1997, a Península de Setúbal registou um diferencial negativo em relação ao nível médio de vida do continente, medido pelo PIB per capita; a decomposição do PIB per capita em termos de produtividade e de nível de utilização de recursos humanos permite constatar que a Península de Setúbal apresenta níveis de produtividade superiores à média nacional, registando um diferencial negativo em termos da taxa de utilização de recursos humanos (demonstrando uma tendência de redução dessa mesma utilização relativa e uma melhoria relativa no índice de produtividade).

- Em termos de caracterização da especialização produtiva, verifica-se que a região apresenta uma base de actividades diversificada, registando uma sobreespecialização em diversos grupos de actividades, tais como comércio, construção, turismo, serviços às empresas e outros serviços, evidenciando, por outro lado, uma subespecialização na indústria e nos serviços financeiros.

- A estrutura de diversificação da Península de Setúbal encontra-se próxima da estrutura produtiva do continente, quer seja considerando como variável os recursos humanos ao serviço, quer tomando em conta os estabelecimentos.

- A Península de Setúbal caracteriza-se por ser uma região onde se desenvolve, a par de uma agricultura minifundiária ribeirinha, uma agricultura caracterizada por explorações de média e grande dimensão com uma orientação predominantemente agro-silvo-pastoril; a elevada dimensão das explorações agrícolas no interior da Península de Setúbal, associada ao tipo de culturas que aí se praticam, envolvendo um menor

recurso a mão de obra, parece estar na base das elevadas produtividades agrícolas.

- Em termos de grupos de actividades de especialização mais significativa da Península de Setúbal ao nível da indústria transformadora, é de destacar a importância da fabricação de equipamento eléctrico e de material de transporte, as indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos, a fabricação de pasta, papel, cartão e seus artigos, a fabricação de produtos químicos e as indústrias de madeira e cortiça e suas obras.

- Tendo por base uma análise da especialização industrial por grupos de indústrias, segundo os factores chave de competitividade, observa-se que o perfil de especialização da Península de Setúbal organiza-se em torno da exploração de economias de escala e do esforço de diferenciação do produto, em contraste com o que se passa no continente, no seu conjunto, onde as vantagens competitivas de curto prazo associadas à exploração dos baixos custos do trabalho e, secundariamente, ao acesso a recursos naturais revelam-se mais importantes.

- Regista-se, entre 1986 e 1997, uma tendência crescente para a homogeneização da estrutura empresarial da Península de Setúbal, relativamente ao resto do país, sobretudo ao nível das PME e grandes empresas, numa estrutura que se mantém, no essencial, microempresarial; a concentração empresarial inter-concelhos diminui: Almada e Setúbal são os concelhos mais dinâmicos da região, Seixal é o concelho com maior expansão microempresarial, enquanto Palmela concentra o maior número de grandes empresas.

- Em 1986, o comércio, a indústria e o alojamento e restauração são as actividades a que se dedicam um maior número de empresas; entre 1986 e 1997, a indústria perde peso na região (a ela correspondem 20% das empresas encerradas e apenas 11% das novas empresas); os serviços

prestados às empresas, pelo contrário, são a actividade em maior expansão: representam 17% dos postos de trabalho criados na região (e apenas 4% dos postos de trabalho encerrados).

- A estrutura dimensional das empresas novas e encerradas reflecte, por um lado, a estrutura já existente (onde predominam as microempresas) e, ao mesmo tempo, a dinâmica sectorial: o encerramento de empresas concentra-se no sector industrial e a criação de empresas no sector terciário.
- A dinâmica de investimento da região, quando analisada pelo número de empresas que, tendo sido apoiadas por um sistema de incentivos entre 1994 e 1997, se mantêm em actividade até 1997, permite concluir que a taxa de sucesso empresarial da Península de Setúbal é menor comparativamente com a do resto do país; o incentivo total e investimento elegível por estabelecimento são, claramente, superiores aos do resto do país, indiciando uma dimensão média dos projectos mais elevada.
- Na região da Península de Setúbal, detecta-se algum grau de concentração nas suas indústrias mais representativas, sobretudo na fabricação de equipamentos e aparelhos de rádio, televisão e comunicação, na fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques, nas indústrias metalúrgicas de base e na fabricação de outro material de transporte.
- No que diz respeito à eficácia produtiva, a Península de Setúbal ultrapassa a média nacional em termos de produtividade dos materiais e produtividade aparente do capital, registando, ainda, um elevado grau de transformação da produção, isto é, acrescenta, em média, mais valor por unidade produzida do que o continente.
- A região da Península de Setúbal regista uma orientação exportadora mais elevada do que o continente.

- A região da Península de Setúbal apresenta níveis de autonomia financeira e estruturas de endividamento das empresas mais favoráveis do que o continente, registando um valor mais baixo em termos de cobertura do imobilizado; de referir que a Península de Setúbal apresenta quer em termos de rendibilidade bruta das vendas, quer em termos de rendibilidade diferencial, valores superiores ao espaço continental.

IV. INFRA-ESTRUTURAS

PARTE A: Infra-estruturas de Acessibilidades

Durante a fase de diagnóstico prospectivo foram relatadas as principais linhas de força em termos de potencialidades existentes e emergentes, bem como se identificaram os aspectos que devem ser melhorados ao nível das infra-estruturas e sistema de transportes da Península de Setúbal, os quais podem ser resumidos da seguinte forma:

Aspectos positivos, Potencialidades existentes e emergentes

- Concretização da rede rodoviária principal (IP´s e IC´s) prevista para a Península;
- Existência de duas ligações entre as margens do Rio Tejo (Ponte 25 de Abril, rodo ferroviária, e Ponte Vasco da Gama, rodoviária);
- Existência do modo ferroviário pesado ligando a Península de Setúbal à Área Metropolitana de Lisboa Norte (Entrecampos-Fogueteiro), estando prevista para 2003 a ligação Coina–Pinhal Novo beneficiando as ligações ferroviárias internas à Península e ao resto do País, nomeadamente a Sul;
- Melhoria das ligações fluviais a Lisboa com articulação ao sistema de transportes urbano (metropolitano no Cais do Sodré e, a curto prazo, no Terreiro do Paço);
- Projecto em fase de concurso do Metropolitano Ligeiro da Margem do Sul do Tejo;
- Liderança nacional do Porto de Setúbal em termos de movimentação de carga em sistema Ro-Ro (86% do total nacional) e em carga geral fraccionada (28% do total nacional);
- Está previsto um novo corredor multimodal de transportes que permitirá estabelecer ligações a Espanha e ao resto da Europa, com impactes directos

sobre o sistema de transportes da Península de Setúbal, nomeadamente em termos de ligações internacionais. Este corredor ferroviário, que ligará Sines à fronteira do Caia, em conjugação com o IP7, vai melhorar drasticamente as ligações rodo-ferroviárias aos Portos de Sines, de Setúbal e de Lisboa, estando nele incluídas as seguintes as infra-estruturas: Rodoviárias: IP7–Coina–Évora-Elvas assegurando as ligações a Badajoz, Cáceres, Sevilha, Málaga e Madrid; Ferroviárias: Construção da ligação Évora–Elvas-Badajoz.

Este corredor, que se insere nas redes transeuropeias de transportes, permitirá contribuir para o reforço da posição estratégica da Península de Setúbal numa perspectiva nacional e internacional, nomeadamente através de uma melhor articulação com Espanha;

- O Porto de Setúbal poderá beneficiar das intervenções previstas ao nível das infra-estruturas de transportes associadas ao Porto de Sines que contribuirão de forma significativa para a melhoria das suas acessibilidades.

  As potencialidades existentes e previstas em termos de infra-estruturas de transportes conferem à Península de Setúbal condições para o desenvolvimento de plataformas logísticas (como por exemplo Coina) que contribuirão para o desenvolvimento económico e industrial desta região.

Aspectos a melhorar

- Articulação da rede rodoviária principal com a rede secundária, principalmente nos acessos aos núcleos urbanos;
- Congestionamento nos acessos à Ponte 25 de Abril nos períodos de ponta; ausência de um corredor multimodal estruturante na região do Alentejo, transversal às Linhas do Sul e do Alentejo. Com efeito, embora existam

linhas ferroviárias, estas não possuem características que permitam a instalação de serviços mais exigentes em termos de segurança, velocidades de circulação e cargas por eixo. A modernização de alguns troços e a construção de novos troços é assim uma necessidade.

- Ausência de uma estratégia global de transportes que, através da exploração das potencialidades oferecidas pelo sistema, permita conduzir a alterações da repartição modal e melhoria da qualidade de vida na Península de Setúbal;
- Ausência de planos integrados de circulação e estacionamento nos centros urbanos;
- Estrangulamento institucional decorrente da inexistência de uma entidade coordenadora do sistema de transportes para a Península de Setúbal, com as consequências negativas ao nível da integração funcional e tarifária do sistema de transportes colectivos.

PARTE B: Infra-estruturas de saneamento básico

Procurou-se neste subcapítulo do Diagnóstico Prospectivo caracterizar a situação actual das infra-estruturas de saneamento básico, a nível de Abastecimento de Água, Águas Residuais e Resíduos Sólidos Urbanos.

Todos os nove concelhos pertencentes à Península de Setúbal estão dotados de infra-estruturas de abastecimento de água.

Os níveis de atendimento são bastante elevados, comparativamente com o resto do país, com uma taxa de cobertura média de 95.6%. Os concelhos com maior nível de atendimento, são o Seixal com 97%, Alcochete com 95% e Sesimbra e Setúbal com 91 e 93%, respectivamente. O concelho com menor percentagem de

população servida é Palmela, onde se estima que apenas 80% da população seja abastecida por sistemas municipais, resultado que pode estar relacionado com a grande extensão do concelho e baixa densidade populacional verificada.

Relativamente às origens e necessidades de água concluiu-se que a região em estudo tem, qualitativa e quantitativamente, boas reservas de água subterrânea, suficientes para abastecer a Península de Setúbal.

A qualidade do serviço de abastecimento de água foi considerada boa em 99% dos casos, e má nos restantes 1%. Os indicadores analisados permitem ainda concluir que os concelhos que registaram, à época, maior número de ocorrências que tornam a qualidade do serviço de abastecimento com um desempenho menos adequado, fiável e eficiente, foram Palmela e Seixal.

Quanto à caracterização da situação actual da recolha e tratamento de águas residuais faltaram elementos que permitissem avaliar quantitativa e qualitativamente as descargas de águas residuais industriais e identificar as redes de drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais, limitando, assim, a avaliação da adequabilidade dos sistema de drenagem e tratamento existentes.

Os dados desagregados, para a Península de Setúbal, apontam para uma percentagem de população servida por redes de drenagem de 96.9%, valores muito próximos dos verificados no abastecimento de água (98.1%).

Sobre os níveis de população atendida com ETAR, estes são baixos, estimando-se que, na Península de Setúbal, em 1999, sejam da ordem dos 30%. A esta percentagem corresponde, um número apreciável de pequenas ETAR, de responsabilidade autárquica, que servem pequenas localidades.

Os maiores meios receptores de águas residuais são os estuários do Tejo e do Sado e também a Costa Atlântica. Parte dos efluentes de Sesimbra são lançados no

sub-solo, acontecendo o mesmo com parte significativa das águas residuais de todos os concelhos, em especial nas zonas com fossas individuais.

Relativamente à remoção e tratamento de resíduos sólidos urbanos, obtiveram-se as mais elevadas percentagens de atendimento, situando a média da Península nos 99.2% da população.

Nas zonas mais urbanizadas, a recolha efectua-se 6 ou 7 dias por semana. Nas zonas rurais ou menos urbanizadas, a recolha tem periodicidade semanal, bisemanal ou trisemanal.

Todos os municípios procedem à recuperação do vidro na origem, efectuando ou não a sua recolha; em Alcochete, Almada, Palmela e Seixal procede-se também à recuperação de papel e cartão, sendo a recolha efectuada pelas Câmaras Municipais. Almada e Seixal procedem ainda à recuperação de metais e o Seixal à recolha selectiva de pilhas e pneus.

V. AMBIENTE

No relatório do Diagnóstico Prospectivo o Ambiente foi interpretado como um Sistema Produtivo, do qual dependem os Sistemas Económico e Social. Entre os três, existe uma relação interactiva de dependências, que se consubstancia num circuito de fluxos de bens e de serviços que transitam de um para os outros.

A metodologia de análise utilizada foi a seguinte:

- Seleccionaram-se 4 dos atributos ambientais que apresentam as relações mais fortes com os sistemas económico e social: Clima/Ar; Água; Paisagem e Património Natural; Solo e Recursos Minerais;

- Estudaram-se as Potencialidades de cada um deles, em função da sua importância natural, económica e social;

- Analisou-se o estado actual dos atributos tendo em conta os usos que os outros dois sistemas deles fizeram, para tentar identificar as situações de ruptura dos fluxos inter-sistémicos;

- Finalmente, hierarquizaram-se os factores que no futuro irão condicionar a evolução do Ambiente na Península de Setúbal.

A Península de Setúbal é particularmente rica em Paisagens e Património Natural. Mercê do seu clima e da sua localização, esta é uma das regiões do país e da Europa, mais rica em biodiversidade. Esta importância é reconhecida pelas instituições nacionais e europeias que gerem a conservação da natureza, uma das ferramentas mais eficazes para a prossecução dos objectivos de desenvolvimento sustentável. Para além das Paisagens e do Património Natural, a Península de Setúbal goza da vantagem de ser servida pelo mais produtivo aquífero do continente, o qual tem abastecido de água potável toda a região.

Relativamente à aptidão dos solos, a Península não apresenta uma vantagem evidente em solos tipo A e B. Se bem que eles existam, estão espalhados em manchas dispersas e dispõem-se preferencialmente em zonas de aluvião. Predominam fundamentalmente os solos com aptidão florestal. A Península é pobre em recursos minerais, com excepção das areias de alta qualidade da zona de Coina e dos calcários dolomíticos da Arrábida.

Em resumo, pode-se afirmar que a grande riqueza ambiental da Península de Setúbal foi gerada pelo casamento de dois factores: localização geomorfológica e clima. O resultado foi um património natural notavelmente rico em termos paisagísticos e em biodiversidade.

Estes importantes atributos ambientais, têm sido largamente utilizados pelos sistemas económico e social. O Clima, a Paisagem e a diversidade de ecossistemas têm alimentado a indústria turística da Península e as actividades de recreio e de lazer das populações residentes, assim como da população da capital. Pelo facto de estar limitada a norte e a sul por dois dos mais ricos e maiores estuários da Europa e a leste pela costa Atlântica, a península e o país têm beneficiado de importantes recursos marinhos, que sustentam a actividade piscatória de dois dos mais importantes portos do continente. A Pesca é uma actividade com grande importância na base económica de alguns dos concelhos e desempenha um papel social não desprezável. Além da pesca, a região apresenta evidentes vantagens físicas para a Aquacultura, que aqui assume uma importância nacional evidente em matéria de área ocupada e da quantidade de pescado produzido.

Apesar de pesarem pouco na estrutura produtiva da região, a silvicultura e a indústria extractiva têm um papel importante na base económica de alguns concelhos. A primeira alimenta alguns dos mais importantes estabelecimentos nacionais de transformação de cortiça.

Até ao presente, a península tem-se abastecido da água do aquífero, para usos domésticos e económicos. Apesar de as potencialidades deste recurso estarem longe de terem sido ultrapassadas, constata-se todavia algumas situações pontuais de infiltração de águas salinas e de poluição, nas zonas em que o aquífero apresenta um maior índice de vulnerabilidade a este tipo de fenómenos. Se bem que estas ocorrências pontuais não sejam consideradas preocupantes, elas aconselham fortemente a que se faça uma gestão cuidada, no presente e no futuro, das captações, principalmente se se prever um cenário de grande procura de água. A degradação dos aquíferos é um fenómeno irreversível o que, no caso da península de Setúbal, se tal acontecer, pode constituir uma forte restrição ao seu desenvolvimento, principalmente se se vier a concretizar a alteração climatérica no sentido da diminuição dos índices pluviométricos.

Os usos que os sistemas económico e social têm feito dos atributos ambientais da península, estão na origem directa da diminuição da capacidade de auto-regeneração dos ecossistemas e da diminuição da rica biodiversidade. As situações mais preocupantes têm a ver com:

- poluição grave das linhas de água superficiais, por efluentes domésticos, industriais, pecuários e com origem na poluição difusa; os casos mais graves são os dos efluentes dos estuários do Tejo e do Sado, o estuário do Sado e a Lagoa de Albufeira;

- pressão sobre os solos RAN e REN e das áreas naturais em geral explicada pelo crescimento excessivo da procura de terrenos para urbanização, para construção de novas vias de comunicação e para a construção dos grandes recintos comerciais e de parques industriais;

- diminuição da biodiversidade nas zonas húmidas, por poluição das linhas de água, alterações dos regimes agrícolas, pressão urbanística e das vias de comunicação, enxugo de terrenos e manutenção desadequada das margens;

- pressão recreativa sobre as áreas de paisagem protegida;

- sobreexploração dos recursos marinhos, no que resultou na diminuição dos stocks piscatórios;

- pressão sobre o sistema socio-cultural tradicional relacionada com a proximidade da capital e a dinâmica do seu crescimento suburbano.

O futuro ambiental da Península de Setúbal está intrinsecamente ligado ao crescimento da área metropolitana de Lisboa e à capacidade/vontade das instituições, dos agentes económicos e das populações que a utilizam em aceitarem e aplicarem na prática, estratégias efectivamente eficazes de desenvolvimento ambientalmente sustentável.

VI. INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

A Península de Setúbal sofreu ao longo dos últimos 40 anos uma industrialização baseada numa lógica de processos trabalho-intensivos e orientada para produtos standard. Essa lógica começou a ser contrariada desde meados dos anos 80, sendo hoje possível encontrar alguns esforços notaveis de diversificação para activitidades de maior conteudo tecnológico e de potencial inovador. No nosso diagnóstico encontramos um conjunto de "cachos" de competitividade potenciais que parecem estar a contribuir para essa diversificação, a saber: a cadeia automóvel organizada em torno da Autoeuropa; os serviços às a empresas na área da logística e transportes; potenciais novos nichos de inovação tecnológica na reparação naval; electrónica de defesa e equipamentos de telecomunicações, fruto da longa evolução do grupo Centrel na PS; actividades em redor da vitivinicultura; actividades no âmbito da aqualcultura; turismo e lazer; e madeira e cortiça.

Para a promoção destas actividades e plena realização do potencial de inovação tecnológica, há que reforçar competências tecnológicas próprias bem como as ligações com centros de conhecimento, universidades, centros e institutos de de apoio tecnológico, etc., quer estes se situem na PS, na Área Metropolitana de Lisboa ou mesmo em outros Países e sobretudo em áreas como a : electrónica e equipamentos, engenharia de software, engenharia mecânica, biotecnologia (aquacultura e vitivinicultura), engenharia de produção industrial e naval e ciências dos materiais. No domínio dos apoios que a PS pode encontrar nas infraestruturas locais e nas que se localizam na área metropolitana de Lisboa, considerámos em primeiro lugar as actividades de Investigação e Desenvolvimento – I&D. A região tem um aparente défice de recursos em C&T (reduzido peso na RLVT). Aparente porque apesar de grande parte desses recursos humanos em qualquer sector se localizarem essencialmente na AML, eles provavelmente benefeciam também a região de Setúbal. Por outro lado, a nível local, a PS tem uma especialização científica e tecnológica nas áreas das Ciências Exactas e Naturais. Será de admitir uma tendência para o

crescimento do número de doutorados na região (sobretudo pela "importação" de doutorados da AML) que só poderá ser sustentada se também se criarem condições na PS para se realizarem mais actividades de I&D, não necessáriamente apenas no contexto universitário e nas áreas já existentes, mas sobretudo em áreas de conhecimento que possam servir de suporte à competitividade tecnológica nas áreas de maior potencial atrás apontadas. O diagnóstico aponta portanto para a necessidade de se ter em atenção a criação dessas condições, por exemplo através de mecanismos que promovam a deslocalização de infraestruturas tecnológicas, sobretudo as do sector público da AML para a PS.

Em segundo lugar parece necessário aumentar as actividades de apoio a projectos/serviços de curta duração para estudos de viabilidade e resolução de problemas técnicos orientados para as necessidades das empresas. Isto é: há que aumentar a diversidade de apoios não em I&D mas sim em áreas de aplicação mais próximas do mercado. Contudo isso requer a existência de interfaces especializadas com as entidades que executam I&D, essencialmente as Universidades, Politécnicos e Instituições privadas sem fins lucrativos da PS e da Área Metropolitana de Lisboa. Refira-se ainda que, no domínio das actividades de normalização, acreditação, certificação, metrologia e calibração a PS, deve igualmente ser reforçada.

Em terceiro lugar as actividades de "incubação" de novas empresas enquanto mecanismo de transferência de tecnologia necessitam de maior entrosamento entre as várias entidades intervenientes nomeadamente os centros de inovação, os parques de Ciência e Tecnologia e os potenciais investidores. Em quarto lugar as actividades de difusão de informação devem continuar a ser apoiadas através do importante papel que as associações empresariais da região têm vindo a desempenhar.

Finalmente no domínio do financiamento da inovação a região necessita reforçar os financiamentos a projectos start-up. Também a re-estruturação de algumas grandes empresas da região, requer novos financiamentos e apoios consultoria a

processos locais e “Outsourcing” e “Outplacement”, que promovam a cisão de grandes empresas em negócios autónomos e independentes mas de menor dimensão.

VII. QUESTÕES URBANAS

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) assenta no conceito de cidade de duas margens, centrada na cidade de Lisboa e no Estuário do Tejo como espaço central da sua estrutura urbana. A Península de Setúbal, pela barreira natural que constituiu o Rio Tejo, não oferece as mesmas condições de acessibilidade a Lisboa que a margem Norte, apresentando por isso uma menor ocupação urbana e muito concentrada no Arco Urbano Ribeirinho, o que se reflecte numa menor integração metropolitana da Península, reflexo da rede de transportes existente na AML em forma radial.

A Península de Setúbal apresenta uma grande diversidade interna. Observa-se uma extensa consolidação urbana que se desenvolve na margem esquerda do rio Tejo, de Almada ao Montijo / Alcochete, e outra em Setúbal / Palmela. Ainda se encontram espaços naturais de elevado valor ecológico, como são o Parque Natural da Serra da Arrábida, o Cabo Espichel, as matas de Sesimbra e as praias da Costa da Caparica, para além da área estruturante de ligação ambiental entre o Estuário do Tejo e o Estuário do Sado.

A grande dependência funcional da Península em relação à cidade de Lisboa, origina grandes disparidades entre quantitativos populacionais e número de equipamentos, comércio e serviços dos centros urbanos aqui existentes. O pólo urbano principal da Península é Setúbal, que constitui um centro de nível sub-regional, com equipamentos mais especializados. Num segundo nível, destacam-se os centros de Almada, Seixal, Barreiro, Moita e Montijo, bastante dependentes funcionalmente de Lisboa, apresentando grandes desequilíbrios entre população e funções, especialmente de nível superior. Palmela também se enquadra neste nível, embora apresentando uma grande dependência funcional a Setúbal. Sesimbra e Alcochete, com populações muito mais reduzidas, constituem os pólos de nível inferior, muito pouco especializados e com grandes dependências funcionais dos pólos mais próximos.

Os Planos Directores Municipais da Península de Setúbal definem grandes áreas de expansão urbana para os seus territórios, havendo casos onde a população total possível corresponde a mais do dobro da população residente em 1991, o que não está de acordo com as tendências de evolução da população na década de 1981/91. A agravar esta situação está a ausência de um aumento de área para equipamentos, concluindo-se que existe um sobredimensionamento destes espaços em relação às necessidades reais, mesmo tendo em conta o desdobramento familiar e a procura determinada pela melhoria dos padrões habitacionais.

Comparando as propostas de ordenamento dos PDM dos municípios da Península de Setúbal com as propostas do PROT-AML, observa-se que existem algumas diferenças entre estes dois níveis de proposta, tanto ao nível de localização de usos do solo, como ao nível do seu dimensionamento, para além da existência de alguns desfasamentos nas fronteiras dos territórios municipais.

Na Península de Setúbal identificam-se algumas áreas estruturantes que, em consequência da evolução económica e da nova estrutura de acessibilidades, se encontram num processo de transformação significativa, nomeadamente:

- a área ocupada pelos estaleiros de reparação naval da Margueira, junto a Almada;
- a área ocupada pela Siderurgia Nacional – a siderurgia propriamente dita e a área a sul desta reconvertida em parque de empresas;
- a área da Quimiparque, no extremo norte do concelho do Barreiro;
- o Porto de Setúbal e a área da Mitrena constituem um importante pólo industrial e de logística;
- a área de articulação da AML com o sul do país na Marateca e em Pegões, constitui uma base potencial de grande importância para, a prazo, se vir a constituir a plataforma logística sul da AML.

Actualmente, a concretização de grandes infraestruturas de transporte na Península de Setúbal aumentou o papel da Península na AML e na região de Lisboa e Vale do Tejo. A ponte 25 de Abril ficou um pouco mais descongestionada devido à travessia ferroviária e a ponte Vasco da Gama veio potenciar o desenvolvimento urbano de uma área com características ainda bastante rurais. A área de Coina vê a sua importância aumentar bastante em consequência da implantação da Auto-Europa e também da nova estrutura de acessibilidades, que lhe conferiu um papel central na Península. Esta nova rede de infra-estruturas de transportes trouxe ainda consequências para Setúbal/Palmela, que tem vindo a integrar-se progressivamente na AML, perdendo alguma autonomia funcional.

A Península de Setúbal assume ainda um papel muito importante a nível ecológico e ambiental, que lhe atribui uma atractividade muito grande para actividades de recreio e lazer ligadas ao contacto com a natureza e também para áreas de habitação de segunda residência. Porém, o crescimento urbano extensivo tem originado uma diminuição da área agrícola e florestal, reduzindo a dimensão média das parcelas e consequente perca de competitividade das actividades agro-florestais, agravado por fenómenos crescentes de edificação no espaço rural, que aumentam a atractividade urbana de espaços com aptidões agro-florestais, promovendo a mudança de uso rural para uso urbano.

Identificam-se ainda algumas situações de risco ou rotura, nomeadamente:

- A Ponte 25 de Abril não consegue dar resposta ao volume de tráfego diário entre as duas margens do Estuário do Tejo, sendo fundamental a nova travessia prevista para o Barreiro;
- o abastecimento de água da Península, baseado em captações locais e pequenos sistemas de abastecimento, encontra-se também numa situação de pré-rotura. Os níveis de procura estão próximos dos níveis máximos de oferta, pelo que é fundamental a construção do adutor para a Península de Setúbal;

- a sobre-exploração do aquífero da Península, aliada às descargas de águas residuais não tratadas, a existência de lixeiras e a contaminação industrial e agrícola do solo têm aumentado o risco de contaminação do aquífero da Península;
- a reconversão urbanística da Margueira, em Almada pode levar a uma situação de sobre-densificação de Almada, que deve ser evitada;
- várias situações de risco ambiental, nomeadamente na Serra da Arrábida, em Sesimbra, no Cabo Espichel, na Aldeia do Meco, na Lagoa de Albufeira e na Costa da Caparica, que estão sujeitos actualmente a pressões intensas de urbanização e de exploração dos seus recursos naturais;
- as matas do interior da Península constituem outra área de risco ambiental, que deve ser conservada e preservada, combatendo as pressões urbanísticas a que está sujeita actualmente.

VIII. QUESTÕES SOCIAIS

A Península de Setúbal tem sofrido constantes mutações do seu sistema produtivo o que se tem traduzido por uma grande flexibilidade das dinâmicas do mercado de trabalho e de rendimento das famílias. Simultaneamente, as dinâmicas demográficas têm vindo a estabilizar e, a estruturar de forma mais integrada a Península na Área Metropolitana. Estas dinâmicas socio-demográficas parecem hoje iniciar um novo ciclo que se caracteriza por uma paragem no crescimento demográfico, uma concomitante alteração da estrutura etária através de um aumento dos mais velhos e uma manutenção de uma população pertencente a grupos populares e médios baixos.

Dinâmicas de mudança: instabilidade produtiva e inserção metropolitana

Apesar das diversidades internas à Península de Setúbal, as mudança mais evidentes na região parecem resultar de três processos estreitamente articulados: um sistema produtivo de grande instabilidade e em permanente mudança, uma proximidade com a capital o que facilita um crescimento polarizado e, em larga medida, hipertrofiado, e uma região de fortes surtos migratórios e de difícil sedimentação urbanística e simbólica.

Dinâmicas de exclusão: desemprego, habitação e marginalização

As fragmentações sociais que a Península de Setúbal apresenta hoje decorrem destes processos de crescimento, característicos das regiões metropolitanos e de especificidades locais que se articulam com a sua história interna. Um pouco por todo o lado encontramos dinâmicas de exclusão, que se reforçam mutuamente, sendo especialmente fortes e perigosas e são apontadas como estando na origem de grande parte das fragilidades dos contextos metropolitanos: o **desemprego, a habitação e a marginalização juvenil.** O **desemprego**, sendo estrutural, exige uma resposta "urbana" já que sabemos que a economia competitiva não é capaz de dar respostas suficientes. A **habitação,** e o seu enquadramento - onde se situam os equipamentos

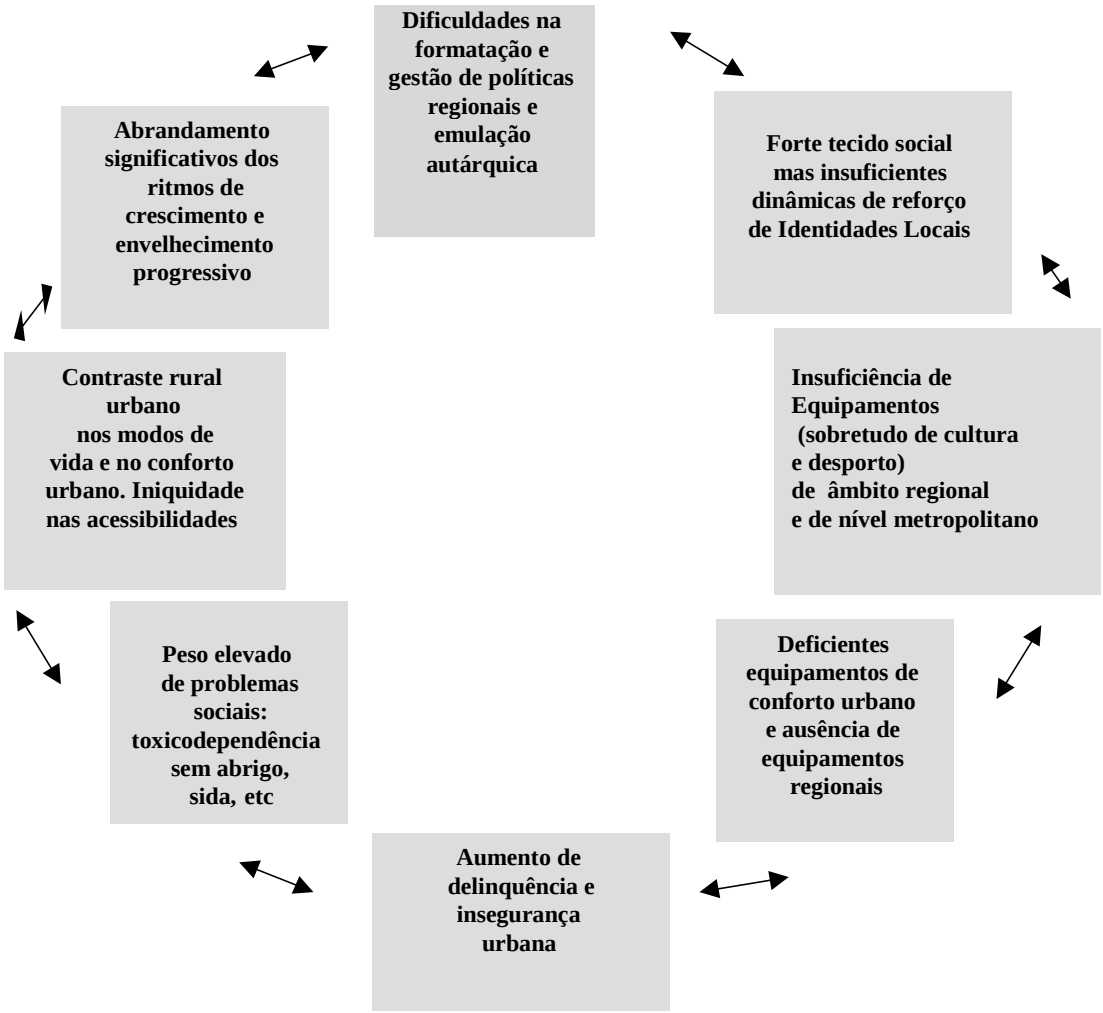
de conforto urbano e de lazer - é uma dimensão indispensável de inserção social ou, pelo contrário de criação de guetos de fortes impactos na qualidade de vida dos residentes nesses locais e no resto da cidade. A **marginalidade juvenil,** sobretudo em países com imigração recente, tem estado na origem de grande parte das desordens urbanas, agravado que está o fosso crescente entre jovens e as instituições políticas. A vulnerabilidade desta população ao desemprego e à falta de habitação obrigam a considerar políticas específicas de inserção social de crianças e jovens em meios sociais desprivilegiados.

Potenciais factores de coesão social: reforço de equipamentos , melhoria da gestão regional e promoção identitária

Para além destas vulnerabilidade que decorrem de contextos mais globais, a análise realizada permite considerar que o reforço da coesão social na Península de Setúbal parece estruturar-se através de 4 factores:

- adequação das actividades e equipamentos às transformações socio-demográficas em curso e aos novos problemas sociais;
- reforço dos equipamentos colectivos passando para uma segunda geração de necessidades;
- urgência de novas formas de gestão regional
- e, finalmente reforço e promoção de uma identidade regional positiva.

Diagnóstico estratégico das fragilidades da Península de Setúbal



A análise realizada permite constatar uma melhoria significativa da infraestruturação urbana e um crescimento muito significativo dos equipamentos colectivos básicos e dos serviços sociais públicos nomeadamente ao nível da saúde, educação, segurança social, saúde e desporto. Apesar dessa melhoria a distribuição destes equipamentos não está feita de forma equilibrada existindo ainda regiões de carência acentuada ao nível de equipamentos básicos. No entanto, a maioria dos municípios está em **fase de passagem para níveis mais elaborados, e**

diversificados, de equipamentos situação que é mais exigente quer em recursos financeiros e humanos quer nas interfaces entre municípios e entre estes e outros serviços públicos.

A melhoria de serviços e equipamentos é tributária não apenas das condições exógenas de descentralização ministerial, mas também do dinamismo autárquico e da sociedade civil através de uma rede associativa activa.

Simultaneamente, o diagnóstico revelou, em todos os sectores em análise, as dificuldades de **gestão regional** dos serviços e actividades a dois níveis fundamentais: i) na consolidação de níveis de análise, de decisão, de programação regionais e ii) numa gestão participada e interactiva dos novos equipamentos e serviços. O repensar destas articulações não está necessariamente dependente da regionalização do País e levanta um interessante – e indispensável - debate sobre aquilo que tem sido apresentado como uma das grandes potencialidades da região: a intensa interacção das *forças vivas* locais. Não parece possível garantir o desenvolvimento futuro da região sem instituir uma estruturação político-administrativa que estabeleça as bases para uma gestão coerente do território e a governabilidade depende, em primeiro lugar, da representatividade e eficácia apresentada pelas formas de governação regional actualmente inexistentes, ou pelo menos, confusa e segmentada.

Esta reflexão sobre os níveis regionais de decisão, associa-se ainda a questão das actuais formas de participação do cidadão. Como se disse, estamos perante um tecido social e associativo muito activo mas também a essa qualidade não tem correspondido formas novas, contratualizadas ou não, de participação do cidadão, antes pelo contrário algumas informações apontam para um fechamento das relações e interacções sociais, à semelhança aliás do que acontece na maioria das zonas urbanas europeias. Argumenta-se com o aumento da distância (física, e temporal mas também social e político/burocrática) entre a administração e o cidadão.

A **participação cidadã** é um elemento chave para construir cidades seguras e justas. A **insuficiência das formas de participação e usufruto da cidade** vem

acompanhada de um sentimento de isolamento, de perda de identidade local e regional, de desinvestimento na esfera colectiva e afastamento da administração, que não é compatível com a necessidade de um projecto de região com o qual todos se podem identificar.

Potencialidades e fragilidades por sectores

Uma análise por sectores permite identificar as várias potencialidades e vulnerabilidades:

Ao nível dos equipamentos educativos:

POTENCIALIDADES

- Uma rede razoável de escolas pese embora ainda a existência de escolas funcionando em pavilhões pré-fabricados e dificuldades na adaptação de algumas
- Início de estabilização do corpo docente
- Existência de projectos inovadores de grande resultado
- Existência regional de Escolas Politécnicas e de ensino superior dinâmico
- Existência de centros de qualidade de formação de formação de professores

VULNERABILIDADES

Ao nível dos equipamentos

- Necessidade de alargamento e melhoria da rede de escolas pré-escolar, de 3º ciclo e secundário
- Criação de equipamentos de fronteira entre o ensino escolar e profissional e reforço das escolas profissionais
- Necessidade de fomento de escolas mais activas, participativas e autónomas
- Desenvolvimento do ensino superior politécnico e universitário

Ao nível do pessoal

- Sedentarização dos docentes
- Falta de pessoal auxiliar de acção educativa e de técnicos especializados
- Criação de incentivos e apoios acrescidos aos professores com práticas inovadoras
- Apoio às escolas de formação de professores
- Formação de lideranças educativas locais

Ao nível das formas de gestão

- *D*ificuldades na definição clara de "políticas educativas locais"

- Necessidade de aprofundamento das componentes regionais do sistema educativo
- Dificuldades na identificação e definição de estratégias específicas face a zonas-problema e grupos socio-culturais de grande insucesso
- Dificuldades no aprofundamento da relação de parceria
- Formação de lideranças educativas locais

Ao nível dos equipamentos de Saúde:

POTENCIALIDADES

Contexto

- Melhoria da qualidade de vida local
- Sinergias de parcerias existentes e de bons resultados de projectos comuns

Equipamentos e Pessoal

- Boa qualidade da rede hospital e razoável ao nível dos centros e extensões de saúde
- Escola de saúde Pública
- Proximidade de Lisboa
- Boas relações entre administradores das várias unidades de saúde

VULNERABILIDADES

Contexto

- Desqualificação territorial
- Envelhecimento demográfico
- Não estabilização das políticas de saúde

Equipamentos

- Desarticulação entre os equipamentos e a rede urbana
- Deficientes condições físicas das instalações existentes
- Debilidades de presença ou de descentralização de equipamentos específicos: toxicomanias, sida, doenças mentais, etc

Pessoal

- Insuficiente cobertura ao nível de especialidades médicas e dependência de Lisboa de outras
- Insuficiência de pessoal de enfermagem e auxiliar de saúde

Gestão

- Cultura organizacional coorporativa

- Ausência de diagnóstico e reflexão prospectiva para a definição de uma política local de saúde passível de contratualização consensual
- Ausência de uma gestão integrada por sub-áreas de saúde –Almada, Barreiro, Setúbal – que integre todas as valências

Ao Nível do equipamento da acção social:

POTENCIALIDADES

- Fortes redes sociais e associativas com tradição de trabalho em parceria;
- Grande dinamismo autárquico pese embora alguma debilidade nas formas de definição e liderança das "políticas locais"
- Dinamismos locais acentuados e multiculturais
- Razoável rede de equipamentos sociais, largamente de gestão privada de solidariedade social
- Existência de redes informações de solidariedade

VULNERABILIDADES

Contexto

- Instabilidade do mercado de trabalho
- Envelhecimento demográfico
- Enfraquecimento dos laços sociais

Equipamentos

- Insuficiência dos equipamentos destinados aos novos problemas sociais
- Reduzidos equipamentos de apoio aos idosos e primeira infância
- Insuficiente apoio e avaliação da qualidade dos serviços prestados pelas instituições

Pessoal

- Insuficiência quantitativa e qualitativa de pessoal
- Necessidade de maior interdisciplinarieade e de "cultura de projecto"

Gestão

- Dificuldades na definição de "políticas sociais locais" e de uma visão estratégica e prospectiva
- Dificuldade na implementação de políticas mais horizontais e de parceria devido à burocratização dos serviços e não descentralização das competências
- conservadorismo nas formas de gestão e de participação na maioria dos equipamentos e serviços, públicos ou de solidariedade social

Ao nível da cultura e desporto:

POTENCIALIDADES

Contexto

- Aumento e diversificação da procura
- Acontecimentos nacionais promotores de recursos e oportunidades (Expo, Porto2004)
- Diversidade paisagística e ecológica
- Património arqueológico e arquitectónico
- Grande diversidade de manifestações culturais municipais

Equipamentos e Pessoal

- interesse e investimento autárquico nas áreas da cultuar e lazer
- Actividades diversificadas regionais neste âmbito
- existência de um corpo de técnicos nas autarquias mobilizados para este tipo de actividades,
- existência de um tecido associativo alargado, com actividades diversificadas nas áreas do património, cultura, desporto e lazer;
- o rápido desenvolvimento de uma rede de equipamentos mínimos municipais tais como bibliotecas, piscinas, polidesportivos

VULNERABILIDADES

Contexto

- Não competitividade ou visibilidade dos equipamentos locais no contexto metropolitano
- Duplicação de esforços nos mesmos equipamentos
- Inexistência de uma "política regional" de desenvolvimento de cultura e desporto

Equipamentos

- Déficit de equipamentos e de actividades culturais e desportivas de visibilidade metropolitana,
- Dificuldades de articulação entre as iniciativas camarárias e rentabilização intermunicipal de alguns dos equipamentos
- Deficiente difusão espacial dos equipamento e desigualdades nas oportunidades criados nos diferentes espaços municipais.
- Ausência de equipamentos de maior especialização

Pessoal

- Necessidade de fomentar a qualificação dos recursos humanos com intervenção na organização e gestão das actividades culturais e desportivas
- Necessidade de favorecer, animar e respeitar as formas locais e tradicionais de expressão cultural e desportiva

- Articulação entre as iniciativas autárquicas e as da "sociedade civil"

Gestão

- Necessidade de repensar as estratégias de actuação autárquica: a montante na concertação intramunicipal e a jusante na relação entre a actividade camarária e a actividade da "sociedade civil",
- Melhor entrosamento entre os equipamentos a criar, as escolas e o meio urbano através de um processo de cuidadoso planeamento urbano.

IX. COMPETITIVIDADE

- Os *serviços de estruturação urbano-turística*, os *serviços de logística e apoio à actividade económica* e a *indústria metalomecânica*, constituem os três *clusters* (cachos) de actividades em que se baseia a especialização produtiva da Península de Setúbal. Nestas actividades se ocupam mais de 2/3 das pessoas que têm o seu emprego na região, conferindo à PS uma base económica claramente terciária.

- A especialização regional está ancorada na valorização de potencialidades endógenas à região, tais como: abundantes recursos naturais, mão-de-obra relativamente qualificada, *saber-fazer* alicerçado na tradição, mercado local-regional dinâmico, acessibilidade a serviços especializados, boa capacidade de iniciativa empresarial, organização do padrão de especialização em torno de actividades que permitem valorizar as economias externas associadas às sinergias de aglomeração dos seus diversos segmentos.

- A estes *trunfos* competitivos a Península de Setúbal juntou nos últimos anos condições de inserção territorial favoráveis, o que lhe permitiu reforçar o seu padrão competitivo e aspirar a desempenhar novas funções no espaço da Região Metropolitana de Lisboa e do país.

- As dinâmicas da década de 90 evidenciaram igualmente que a consolidação competitiva da região dependerá não só da concretização de diversos projectos estratégicos ao nível das infra-estruturas, como também do reforço da capacidade organizacional do tecido produtivo da PS — nomeadamente ao nível das estruturas de enquadramento e das redes empresariais de cooperação para a inovação e para a internacionalização— e, em terceiro lugar, da forma como a região venha a conseguir afirmar a

especificidade/complementaridade do tipo de serviços que oferece face aos oferecidos pela AM Norte.

- A atracção e formação de recursos humanos e actividades altamente qualificados —nomeadamente no domínio das novas tecnologias, dos serviços de logística e de suporte à articulação inter-territorial, e ainda na fileira do automóvel— vislumbra-se como um desígnio incontornavel do desenvolvimento regional. Até porque esta é a via para conciliar competitividade e empregabilidade. Na AMN o custo salarial hora é, em média, superior em 60% ao do país. Ora, a margem norte da área metropolitana não deixou de ser o espaço mais competitivo do país por isso, antes pelo contrário.
- Vencer aqueles desafios deverá pressupor a capacidade de remover as principais debilidades competitivas intrinsecamente ligadas à qualidade do meio territorial, nomeadamente:
    a. A falta de coesão territorial da região e a reduzida funcionalidade urbana no seio dos principais eixos estruturadores da sua vida económica e social: o arco ribeirinho Trafaria-Montijo, o espaço canal Almada-Setúbal, o eixo potencial Montijo, Palmela-Setúbal.
    b. O défice de articulação entre os núcleos urbanos da região e o amplo espaço cuja paisagem ainda preserva fortes marcas rurais. O elevado potencial que as boas condições ambientais e paisagísticas que o espaço rural da PS congrega é prejudicado pela forma como os espaços naturais se articulam com os espaços urbanos, bem como pelas ameaças associadas à transformação da paisagem natural e do meio rural: forte pressão imobiliário-urbanística, abandono da actividade agro-florestal, perda de identidade cultural e territorial, desintegração dos laços de solidariedade familiar e de vizinhança.

c. As debilidades anteriores exprimem-se na imagem da PS enquanto espaço urbano desordenado e desqualificado, com evidentes reflexos negativos na capacidade de atrair recursos e actividades qualificados, mas também com forte incidência nas condições locais de vida: défice qualitativo de serviços e equipamentos colectivos, seja no domínio da saúde, da educação, da cultura ou do lazer.

- As tendências que apontam no sentido da reconfiguração do espaço metropolitano, e para a emergência de uma nova plataforma logística de redistribuição e serviços complementares em torno do triângulo Pinhal Novo-Pegões-Marateca, constituem potencialidades a valorizar para ultrapassar as debilidades antes referidas. Todavia, importa não perder de vista que a concretização de um novo modelo territorial metropolitano —polinucleado e articulado em malha— que reforce a centralidade urbana e a coesão territorial da Península não dispensa um enorme esforço de investimento público. Ao nível das infra-estruturas (urbanas, rodoviárias e ferroviárias —de âmbito nacional, regional e local) mas também ao nível da eficiência dos serviços de transporte colectivo, para além, claro está, do esforço de requalificação urbanística e ambiental (com particular incidência nas frentes ribeirinhas, nos espaços públicos —urbanos e rurais— e nos equipamentos básicos de suporte à vida social, ao lazer e à cultura).